

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Geórgia Stefânia Manfroi Pinto

Memorial do Rio Grande do Sul: Lugar de Memória e Poder (2000 – 2013)

PORTO ALEGRE

2013

GEÓRGIA STEFÂNIA MANFROI PINTO

Memorial do Rio Grande do Sul: Lugar de Memória e Poder (2000 – 2013)

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão de curso em Licenciatura em
História ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos
Guazzelli

PORTO ALEGRE

2013

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre meras formalidades que não equivalem nem de perto a *aquela abraço*. De qualquer maneira, eu não poderia deixar de dizer que sou muito grata às possibilidades que a vida me apresentou, como o fato de eu poder fazer parte desses - infelizmente - poucos que chegam à conclusão de um curso superior no Brasil, na dita universidade de excelência do país.

Agradeço a minha família, que também são xs amigxs e companheirxs, que não sinto necessidade alguma de citar nomes, tenho certeza de que vocês se reconhecerão aqui, e mais certeza ainda de que aquelxs que me alegraram e/ou me aturaram ao longo deste – e de tantos outros – processos, sentem o quanto me são indispensáveis! Tenho certeza de que sabem disso: eu amo vocês. Axs que me cederam a casa, e café, o computador, e café, ou uma ajuda lá na casa: vocês foram imprescindíveis!

E ao mundo das literaturas, que me abriu portas e me possibilitou acreditar em tantas outras realidades quanto eu seja capaz de imaginar.

Desejam saber quem são os verdadeiros culpados? São os políticos. Porém, somente mais tarde isso ficará claro, pois hoje em dia se tornou muito natural colocar a culpa nos partidários da revolução social.¹

¹ MICHEL, Louise. **A Incendiária**. Porto Alegre: Editora Deriva, sd, p. 40.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a partir do histórico da instituição Memorial do Rio Grande do Sul, conceitos teóricos de memória e poder dentro deste cenário institucional. A fonte documental analisada foi Arquivo do Memorial do Rio Grande do Sul, que demonstra a não política de memória dentro da casa concebida para armazenamento, divulgação e pesquisa de memória e história do Rio Grande do Sul. Foram apreciados projetos e relatórios de atividades, entre outros, pretendendo colaborar para compreensão das relações estabelecidas com a comunidade respectiva a que se pretende vitrine. A partir de uma análise entendendo as documentações, bem como as ações da instituição como parte de uma formação discursiva, pretende-se corroborar com a hipótese de que o sucateamento da instituição é devido aos jogos de poder que permeiam o espaço. Portanto, a não memória institucional e atrofiamento de ações, principalmente pedagógicas, se devem às alternâncias de ideologia política das administrações do próprio Memorial, de acordo com os mandatos do governo do Estado, ao qual está atrelada a casa.

Palavras-chave: Identidade; Documento-Monumento; Memória Coletiva; Memorial; Patrimônio Cultural;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - BIBLIOTECA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE.....	1
FIGURA 2 – PRAÇA DA ALFÂNDEGA E SEU ENTORNO.....	1
FIGURA 3 – AVENIDA SEPÚLVEDA, COM AS TORRES DOS PRÉDIOS FORMANDO O <i>PÓRTICO</i> DA CIDADE.	1
FIGURA 4 – MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	1
FIGURA 5 – VISTA DESDE O CAIS DO PORTO, DÉC. DE 1930, AO FUNDO AVENIDA SEPÚLVEDA.....	1
FIGURA 6- SITUAÇÃO À QUAL FOI SUBMETIDA A DOCUMENTAÇÃO.....	1
FIGURA 7 – DESLOCAMENTO DO ACERVO.....	1
FIGURA 8 – LINHA DO TEMPO.....	1
FIGURA 9 – LINHA DO TEMPO, AO FUNDO AS COLUNAS COM PERSONAGENS HISTÓRICOS, A DIR. ERICO VERÍSSIMO E A ESQ. ELIS REGINA	1
FIGURA 10- PROCESSO DE RETIRADA DA LINHA DO TEMPO E O DESCASO COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A ESQUERDA, ABAIXO DOS ENTULHOS, SE ENCONTRA O TESTEMUNHO DO PISO ORIGINAL.	1
FIGURA 11 – PROCESSO DE RETIRADA DA LINHA DO TEMPO E TODAS SUAS ESTRUTURAS.....	1
FIGURA 12 – PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DA BIENAL, 1º ANDAR - SAGUÃO.....	1
FIGURA 13 – PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA COM O TÍTERE “MEMORÉLIO”.	1
FIGURA 14 – ATUAL SITUAÇÃO DA SALA DO TESOURO, SEM EXPOSIÇÃO.....	1
FIGURA 15 – RECORTE DE <i>FOLDER</i> DE RECENTE EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA.	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICA	12
2.1	MEMÓRIA	13
2.2	IDENTIDADE	15
3	UM LUGAR DE MEMÓRIA	18
3.1	O PRÉDIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS	20
3.2	A INSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA	23
4	UM LUGAR DE PODER	25
4.1	O ARQUIVO DO MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL (AMRS)	25
4.2	O PROJETO	27
4.3	LINHA DO TEMPO.....	29
4.3.1	UM MEMORIAL SEM MEMÓRIA	31
4.4	RELATÓRIOS <i>MONUMENTOS</i>	33
5	EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	37
5.1	POSSIBILIDADES	39
5.2	UM FUTURO SEM MEMÓRIAS?	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1 INTRODUÇÃO

*(...) toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento.*²

A presente monografia versa sobre a concepção de memória a que se pretende um espaço idealizado como *memorial*, especificamente no caso da instituição estadual Memorial do Rio Grande do Sul. O local, que funciona como ferramenta cultural, foi escolhido a partir da observação inicial referenciada em minha experiência de estágio trabalhando junto à equipe da Ação Educativa.

Barcellos escreve justamente sobre o debate³ - ou a falta de - acerca da concepção de memorial: “No meio campo entre museu e centro cultural, o memorial não tem uma identidade definida conceitualmente, aparecendo e diluindo suas funções ao sabor das administrações.”⁴ Nesse sentido, analisarei alguns trabalhos que versam sobre memória institucional ou “institucionalizada”, ou ainda: memória e poder.

Que se entenda a cultura de maneira constitutiva⁵, reconhecendo seu potencial gerador de subjetividade, para que se justifique a necessidade de revisitar, remodelar, repensar planos de trabalho e futuros projetos para memória-instituição. “Uma fundamentação teórica

² CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006, p. 30. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60858485/CHAGAS-Mario-Ha-uma-gota-de-Sangue-em-cada-museu-Cadernos-13-1998> Acesso em: jun. 2013.

³ O autor debate a inexistência de um conceito “mais consistente de Memorial como instituição”. Expõe a questão, a partir de sua experiência no Memorial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, como um paradigma museológico: um memorial tem na museologia indispensáveis ferramentas metodológicas; entretanto, quer demonstrar que concerne a esta ciência os questionamentos que seguem insuficientemente respondidos.

⁴ BARCELLOS, Jorge. **Memorial como instituição no Sistema de Museus**: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999, p. 6.

⁵ HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the Interpretation of Visual Culture*, 2000. apud CABRAL, Magaly. **Ação educativa em museus**. Disponível em: <http://www.rem.org.br/download/REM%20-%20Magaly.ppt> Acesso em: 28 de mai. de 2013. (Comunicação Oral).

do conceito de memorial poderá alterar as práticas que determinadas instituições (...) ao se autodenominarem memorial, vem realizando”⁶.

Para entender as “instituições de memória ao serviço do desenvolvimento social, bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social”⁷ como nos apresenta Mário Chagas, é preciso compreender essas também como bem cultural, estando permeadas de subjetividade.

Esses bens não se limitam ao palpável ou ao espaço físico. Atualmente, no campo do patrimônio, transgrediu-se a *materialidade* deste, sendo os *bens tangíveis* e *intangíveis*, constituintes de um patrimônio cultural, o qual “se manifesta por meio de um conjunto de bens culturais que, uma vez compartilhados pela comunidade, adquirem sentido.”⁸

No que diz respeito ao Memorial do Rio Grande do Sul, como patrimônio cultural edificado, *tangível*, faz-se necessária a atenção ao conceito de *lugar de memória*, que segundo Pierre Nora,

(...) são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora (...). O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea.⁹

Analisando, pois, os discursos desta memória, que é coletiva, não de maneira simplista e alegórica, mas na sua formação, a partir das práticas do Memorial do Rio Grande do Sul, ao longo de seu histórico, poder-se-á debater essa memória institucionalizada, que Barbosa define como

(...) uma (re) construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e (re) organizados com o objetivo de estimular o processo de (re) construção de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesse. Mas, embora essa identidade seja volátil e mutável em razão

⁶ BARCELLOS, Jorge. **Memorial como instituição no Sistema de Museus**: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999, p. 6.

⁷ CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n. 19, jun. de 2009, p. 55. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acesso em: jun. 2013.

⁸ FRAGA, Hilda J. de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane. (org.). **Leituras da Cidade**: Porto Alegre e seu patrimônio. Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2010, p. 224.

⁹ NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 13, 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2013.

da complexidade do ambiente organizacional, é ela que, dialogicamente, pode propiciar o senso de pertencimento e a partilha de significados entre os sujeitos e a instituição (...).¹⁰

Para tratar de memória, individual ou coletiva, é preciso ter em conta a produção de Maurice Halbwachs¹¹, que nos diz que a memória individual está intrinsecamente ligada a memória coletiva, oriunda de um grupo com o qual o indivíduo está relacionado. Nesse sentido, a memória institucionalizada é a responsável por evocar e provocar “o senso de pertencimento e a partilha de significados entre os sujeitos e a instituição”, e, em mesma medida, entre a comunidade e as recordações do indivíduo.

Sobre a capacidade humana de (re) conhecer as coisas e a si mesmo, bem como saber dessa capacidade de (re) conhecimento, que é a concepção de Marilena Chaui¹² de consciência, o processo de conscientização, possibilita a apropriação de informação e utilização desta para uma continuidade da própria espécie humana, que sem o processo de memória – e, certamente, dos esquecimentos - se descaracterizaria.

É nesse limiar que a memória é construída, e ganha sentido, assim como os bens culturais a ela relacionados, surgindo deste reconhecimento, e dependendo dessa relação para sua manutenção no tempo. O processo de preservação pressupõe, então, a conscientização e a identificação de *memórias* de um grupo ou comunidade, as quais são conferidas valor tal que justifique esforços individuais e coletivos, no sentido de sua manutenção no tempo.¹³

Ainda que o presente trabalho seja um esforço para que se aprofunde o conceito de *memorial* que será utilizado para a instituição em questão, sabe-se que na prática a legislação apropriada é a que se referencia a museus. De acordo com Chagas, “Um lugar, coisas que ancoram poder e memória e um ente (individual ou coletivo) possuído e possuidor de imaginação criadora são os elementos indispensáveis para a constituição do museu.”¹⁴

¹⁰ BARBOSA, A. A. **O Lugar da Memória Institucional nas Organizações Complexas**. Trabalho apresentado no GT Processos, Políticas e Estratégias de Comunicação Organizacional do IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2010, p. 11. (*grifo meu*) Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf Acesso em: jan. de 2013.

¹¹ Ver HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

¹² CHAUI, Marilena. apud ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gesto e resgate de uma história**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

¹³ ADAMS, B. Ibid, p 16.

¹⁴ CHAGAS, Mário. **Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2003, p. 63.

Defendendo que o Memorial do Rio Grande do Sul possui os elementos base para tanto, qualificando o enquadramento na categoria, segundo apreciação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) ¹⁵.

Uma breve análise bibliográfica já demonstra que a concepção de museu está em constante mudança. Como exemplo, a definição do Conselho Internacional de Museus, também chamado ICOM (International Council of Museums), do ano de 1956, em que este é apresentado como

um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras e, principalmente, expor para deleite do público, um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários. ¹⁶

No entanto, considerando a dinâmica, o conceito de museu mais recente encontrado apresenta como característica

(...) o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações; a presença de **acervos e exposições colocados a serviço da sociedade** com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer; a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social; a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações; a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana; a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. ¹⁷

Tendo em vista o aqui exposto, este trabalho se propõe a analisar a problemática encontrada no decorrer de minha convivência na instituição. Parto, pois, de uma justificativa metodológica no primeiro capítulo, para que os demais capítulos a desenvolver tenham por base alguns conceitos-chaves para compreensão da dinâmica da memória e identidade.

A seguir, no capítulo segundo, pretendo explorar alguns aspectos históricos a partir do conceito de *lugar de memória*, referentes ao Memorial do Rio Grande do Sul, desde sua

¹⁵ “Qualquer outra instituição que (...) reúna algumas ou todas as características do museu (...)” apud IBRAM. Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135983412/Apostila-IBRAM> Acesso em: dez. de 2013.

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Ministério da Cultura. Departamento de Museus e Centros Culturais. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/> Acesso em: 05 de jun. de 2013.

¹⁷ INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura. Departamento de Museus e Centros Culturais. Out. 2005. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/#sthash.Dtavpxl.dpuf> Acesso em: 05 de jun. de 2013. (*grifo meu*)

concepção político-ideológica como prédio dos *Correios e Telégrafos*, até contexto arquitetônico, e a influência positivista¹⁸ nesse processo.

No terceiro capítulo, além de trabalhar o conceito de poder, analisando a documentação do próprio Arquivo do Memorial do Rio Grande do Sul, apresento as condições de jogo político de poder, que exercem influência diretamente nas políticas de memória adotadas pela instituição, como *lugar de poder*.

No quarto capítulo, enfim, referencio algumas observações a partir diretamente de meu cotidiano de trabalho no Memorial, durante um ano de estágio no Setor de Ação Educativa. Concluo, finalizando, com algumas considerações finais, num balanço do que foi possível averiguar a partir da documentação encontrada no AMRS, e, inclusive, da ausência de fontes, bem como o discurso inferido das ações da instituição como *lugar de memória*.

¹⁸ Doutrina em que se baseavam aqueles que conduziam o poder municipal e estadual a época.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A história necessita ser vista por um prisma diversificado, como nos apresenta Le Goff, em uma explanação detalhada, em seu livro *História e Memória*. Sendo ela “uma ciência da mutação e da explicação da mudança”¹⁹, extraindo transformações e diferenças de uma duração temporal, não vejo maneira de que se possa ser determinista ou pretensiosamente realista, esperando que a história seja o fato, ontologicamente.

Um campo de saber complexo, não se pode resumi-la tampouco a uma ciência de calendário, de fatos enumerados em ordem sem uma análise aprofundada.

São as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atinge. Pouco importa que os fatos tenham acontecido no mesmo ano, se essa simultaneidade não foi reconhecida pelos contemporâneos.²⁰

Não pretendo refutar o uso da cronologia como ciência auxiliar, porém é importante atentar a Le Goff, que relaciona a História e os calendários, mais diretamente. Elencando algumas das tentativas da intelectualidade, ao longo dos tempos, em criar formas de apropriar-se do tempo, desta que chama *cultura de almanaques*, faz a crítica, já que essa história tende a contar “grandes feitos”, heroicizar atos ou atores históricos.

É possível, ainda, identificar na história, “uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”²¹. De tal maneira que a análise desses documentos interfere direta e principalmente, na informação sintetizada, posteriormente. Ou seja, a história tende para a memória como um método científico.

O argumento de Le Goff é de que devemos encarar o documento enquanto *monumento*, construído, pois, só assim a memória coletiva recuperá-lo-ia, e o historiador encontraria sua fonte científica, “com pleno conhecimento de causa”.²² O documento:

É antes de mais nada o resultado de uma **montagem, consciente ou inconsciente, da história**, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais

¹⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 11. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

²⁰ HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 106.

²¹ LE GOFF, Jacques. op. cit, p. 547.

²² Id. Ibidem, p. 546.

continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente.²³

Uma análise das condições de produção dos *monumentos* que se justifica como parte da metodologia a partir das possibilidades que propicia. Ela relaciona *discursos* diferentes, articulando suas *formações discursivas* com as formações não discursivas, que são as práticas econômicas, políticas e sociais, as estruturas. Uma história mais próxima da filosofia, à medida que se distancia da tradição empirista que lhe é muitas vezes atribuída²⁴.

Somar essa visão *foucaultiana* de Le Goff (2003), às novas orientações da história, como as denomina, “a crítica do documento, o novo tratamento dado ao tempo, as novas relações entre material e ‘espíritual’, as análises do fenômeno do poder sob todas as suas formas e não só do político”²⁵, possibilita interpretar a realidade a partir de uma coletividade composta por agentes históricos. Este sujeito não está apenas inserido em uma realidade estática, mas como ator localizado “em relação à estrutura que o cerca”, pressupondo fundamentalmente “que ele tenha, portanto, uma *identidade* e uma *memória*”²⁶, como nos coloca Guazzelli (2000).

2.1 MEMÓRIA

Boal retoma uma noção clássica²⁷ de memória, em que a percepção e a imaginação convergem em uma construção, a *memória*, que “se constitui de todas as sensações, emoções

²³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 548 e 549. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

²⁴ FOUCAULT, Michel. apud LE GOFF, Jacques. *Ibidem*.

²⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 144. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

²⁶ GUAZZELLI, Cesar A. B. A Legitimidade e a Utilidade da História: Canções, Moinhos, e Outras Coisas. In: GUAZZELLI, Cesar A. B. & al. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 334.

²⁷ Segundo Aristóteles, a memória seria resultado da junção de percepção e imaginação, um dos graus de conhecimento resultado da articulação das faculdades sensíveis e intelectivas.

e ideias que, ao menos uma vez, já foram tidas ou sentidas, e permanecem registradas.”²⁸ Porém, a memória é, além das recordações íntimas, coletiva e histórica, pois somente se viabiliza a partir de enquadramentos superpostos, viabilizados pela comunidade - grupo este situado num espaço e tempo histórico específicos - de referência a que pertence o indivíduo.

As memórias individuais não estão isoladas, são recordações pertencentes a uma dimensão afetiva do sujeito²⁹ - ou, como a denomina Halbwachs (1990), uma *intuição sensível*³⁰ - alimentando-se de memória coletiva, sendo diretamente influenciada por sua historicidade, incluindo elementos mais amplos do que o pessoal.

A memória coletiva tira sua força e duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens [e mulheres], não obstante, eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles.³¹

Apresenta, ainda, a memória um carácter essencialmente seletivo, partindo do esquecimento de algumas referências para lembrar outras. Para o autor, há uma distinção entre memória coletiva e memória histórica: enquanto existe uma História, existem memórias, plural. Porém, são indissociáveis, a partir do momento que a História é um processo que dialoga com as memórias individuais de cada sujeito e suas especificidades.

De acordo com o conceito de memória do *Dicionário de Conceitos Históricos*, para o autor Le Goff, “memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.”³² É basicamente da memória coletiva que trata um trabalho de história, como aqui.

A memória coletiva baseia a identidade de uma comunidade³³. Ela existe a partir de uma subjetividade imagética. E o “próprio esquecimento é também um aspecto relevante para

²⁸ BOAL, Augusto. **Arco-íris do desejo**: Método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 34.

²⁹ Id, Ibidem. p. 34.

³⁰ “Um estado de consciência puramente individual”, que diverge dos elementos do pensamento social. Ver HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 37.

³¹ HALBWACHS, M. Ibidem, p. 51.

³² SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbete MEMÓRIA, p. 275. In: **Dicionário De Conceitos Históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

³³ O cuidado para não se apegar a um fato considerado originário de *toda* história é essencial.

a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos.”³⁴.

Entende-se, portanto, esta memória como um processo de construção, desconstrução e reconstrução, essencialmente dialógico entre lembranças e esquecimentos; uma rede discursiva que profere alguma leitura histórica, uma narrativa com poder de fomentar as lembranças ou permitir os esquecimentos.

2.2 IDENTIDADE

As “lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros”³⁵, derivando de uma comunidade afetiva. E é nessa coletividade que a memória permeia questões de pertencimento, identidade, consciência, (re) construção e agência histórica. Assim, é memória coletiva aquilo que se tem em comum, e para o maior número de membros do grupo, já que ela tampouco será a mesma para cada indivíduo, devido ao seu caráter idiossincrático.

Uma *comunidade*, para a qual poderíamos utilizar-nos do conceito de Benedict Anderson (2008), *imaginada*. Ainda que o autor aplique sua terminologia para o conceito de nação, pois uma nação é concebida enquanto estrutura horizontal³⁶ na sociedade, cabe usá-la aqui, visto que há uma “camaradagem horizontal”, formando-se um produto cultural de um processo histórico cheio de complexidades. Seria *imaginada* porque seus membros não necessitam conhecer todos os demais “camaradas”, existindo uma *imagem mentalizada* da comunidade da qual participam. Ou seja, ainda que os limites deste grupo não fossem visíveis, seus indivíduos seriam capazes de criar e imaginar tais fronteiras e seus membros.³⁷

³⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbete MEMÓRIA, p. 276. In: **Dicionário De Conceitos Históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

³⁵ HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25.

³⁶ Ou ainda, consoante Proudhon “La procede de la economía política (...) La comunidad existe en todas partes como el espacio, y no es nada.” apud PROUDHON, P. J. *Sistemas de las Contradiciones o Filosofia de la Miseria*. Tomo II. Biblioteca Jucar. Madrid: 1974, p. 228 e 230.

³⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

O pertencimento a essa comunidade, contudo, não caracteriza uma identidade estável e inabalável. A *identificação* é um processo, ou produto cultural, que juntamente com a memória, é produzida, constrói-se no ser e nas relações sociais.

Considerando a fluidez e flexibilidade das relações humanas, a *identidade cultural* aparece, no trabalho da pesquisadora Kathryn Woodward ³⁸, como uma “relação entre identidade e diferença”. Analisa a autora o aspecto da migração, que “produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades” ³⁹. Essa relação propõe um olhar processual para entender a formação da identidade cultural, e pertencimento a uma comunidade, que em sua memória, molda uma história de identidade construída *relacionalmente*, ou seja, erguida em comparação com o externo, o outro.

A concepção de identidade vem sendo estudado na área dos Estudos Culturais, um campo questionador das construções de identidade pelos mais diversos olhares, sociológico ou linguístico, por exemplo. Dessa maneira, há um leque de conceitos, cada um deles cheio de significados próprios: *identidade nacional*, *identidade regional*, *identidade cultural*, *identidade social*, entre tantos outros. ⁴⁰

(...) no Brasil, somos registrados em um documento, a *carteira de identidade*. Tal documento é a representação oficial do indivíduo como cidadão. Ele é uma representação, entre várias, de nossa identidade social. ⁴¹

Para além do Registro Geral, a *identidade social* é formada na idiossincrasia diante das situações do cotidiano, das instituições e da sociedade.

Conforme Le Goff ⁴², a construção de *identidade individual e coletiva* procura na história seu elemento essencial.

³⁸ DIAS, A. F. Dos Estudos Culturais ao Novo Conceito de Identidade. In: **ITABAIANA**: GEPIADDE, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011, p. 153.

³⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. apud DIAS, A. F. Dos Estudos Culturais ao Novo Conceito de Identidade. In: **ITABAIANA**: GEPIADDE, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011.

⁴⁰ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbete IDENTIDADE, p. 202. In: **Dicionário De Conceitos Históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴¹ Id. Ibid.

⁴² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 139. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.⁴³

⁴³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 476. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

3 UM LUGAR DE MEMÓRIA

“O Rio Grande do Sul foi, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a única fronteira viva do Brasil onde duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios.”⁴⁴ As heranças militares e tendências localistas foram mais fortes do que as conformidades impostas pela metrópole, refletindo os dispersos focos de poder:

Os regionalismos e os clamores por autonomia provincial refletiam, de fato, a insistência de determinados grupos dominantes de não se inserirem num projeto mais amplo de envergadura nacional, de não abrirem mão do exercício direto e exclusivo do poder político e econômico.⁴⁵

As oligarquias da latino América eram, geralmente, “monumentalistas”, ou seja, usavam de monumentos para exibição e ostentação de seu poder, mesmo que de maneira muito simbólica, simulando intelectualidade e civilidade. Não seria, portanto, diferente o caso do Rio Grande do Sul.

Tampouco foi diferente na capital, Porto Alegre. Sendo a maior cidade da segunda metade do século XIX no Estado, teve seu povoamento massivo iniciado pela ponta da península, “num conglomerado de casa que se estendeu ao longo de três longas ruas, paralelas à praia, cortadas por pequenas ruas transversais (...) [e] se tornou o centro escoadouro dos gêneros produzidos pela zona colonial alemã.”⁴⁶

É importante ressaltar a intencionalidade com que se dão alguns processos, como, por exemplo, neste princípio de ocupação da cidade, a escolha a partir de sua geografia. A possibilidade de um porto junto ao Guaíba, acessando ao mar, e a altitude, auxiliar em termos de segurança militar, foram fatores decisivos no que diz respeito a um território em disputa, historicamente, como o Rio Grande.

A Rua da Praia formava o núcleo da vida comercial, com suas lojas, seus depósitos e escritórios, a Alfândega na Praça para o desembarque das mercadorias, e a vizinhança dos trapiches de desembarque, nos espaços próximos ao Guaíba. E

⁴⁴ NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hélgio. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991. p. 9.

⁴⁵ WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: **História da América Latina: Cinco Séculos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1996. p. 205.

⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Os pobres da cidade: vida e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 86.

naturalmente, muitas residências, pois o habitual era os negociantes residirem nos sobrados, acima das próprias lojas.⁴⁷

O que se pode inferir da lógica de Estado da virada do século XIX para o XX, é que

(...) a montagem de um cenário “moderno” propiciava o aparecimento de uma nova ordem social, enfatizando o desenvolvimento do capitalismo através da organização e civilização do passeio público. A partir desta estratégia política o centro de Porto Alegre torna-se um importante irradiador dos novos padrões de sociabilidade no espaço público, por concentrar a maior parte das obras de melhoramento e por ser o núcleo nervoso da capital.⁴⁸

É no espaço físico da Praça Senador Florêncio, mais conhecida como Praça da Alfândega⁴⁹, em frente à Rua dos Andradas, antiga Rua da Praia, em que se ergue o Memorial do Rio Grande do Sul, no Centro Histórico da capital da outrora Província do Rio Grande de São Pedro.

Os monumentos estatuários são herança que o pensamento positivista deixou na capital. “De 1880 a 1930, por meio século, a



FIGURA 1 - BIBLIOTECA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

doutrina positivista foi um pensamento hegemônico na vida política do Rio Grande do Sul”⁵⁰ e assinalou a ascensão ao poder pelos republicanos, organizados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Um exemplo de calendário positivista – retomando a relação história e apropriações do tempo na forma de calendários -, concebido por Auguste Comte⁵¹, está *monumentalizado* no edifício da Biblioteca Pública Municipal de Porto Alegre⁵².

⁴⁷ FRANCO, Sérgio da C. **Gente e Espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 84.

⁴⁸ FLORES, Anelis Rolão. **O Núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre: Requalificação e Convergência**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre: 2005, p. 90.

⁴⁹ Utilizarei, para melhor fluência na leitura, as denominações “populares” das praças e ruas.

⁵⁰ DOBERSTEIN, Arnold W. Porto Alegre Positivista. 2007. In: MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadernos de História**. 2007, p. 1.

⁵¹ Filósofo francês idealizador da doutrina positivista, progressista, Le Goff afirma seu caráter elitista: é um aristocrata intelectual do progresso. Ver LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 530.

3.1 O PRÉDIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

*As revitalizações contemporâneas de edifícios históricos, na maioria das vezes, têm caráter excepcional, relacionam-se com a memória da cidade e com as referências pessoais e locais.*⁵³

É no contexto de reformas urbanas, adequação do centro a civilidade pretendida pelo poder público, em que ocorre a substituição do antigo prédio da Alfândega, remoção dos comerciantes que ocupavam o, antes conhecido como, *Largo da Quitanda*, construção do aterro e reformulação do espaço da praça.

A República recente, em sua atuação local, adapta as praças centrais das cidades para servir como espaços de mediação de poder. Essas transformações dos centros urbanos no Brasil renovam o imaginário popular, constituído por alegorias simbólicas, rituais e mitos. A manipulação destes é fundamental em momentos de mudança política e social e especialmente eficaz na redefinição de identidades coletivas.



FIGURA 2 – PRAÇA DA ALFÂNDEGA, DA ESQUERDA PARA DIREITA, PREDIOS DOS – ATUALMENTE CENTROS CULTURAIS – MARGS, MEMORIAL E SANTANDER CULTURAL

Os planos em Porto Alegre, inicialmente, quando do aterro em 1912, eram de construir uma grande avenida que ligasse o cais do porto, cruzando a Praça da Alfândega e chegando a Praça Marechal Deodoro, conhecida como Praça da Matriz – também *lugar de poder*⁵⁴ -, onde se localiza ainda hoje, o Palácio

⁵² O calendário positivista era fixo, com treze meses de vinte e oito dias, seguido de um dia branco, cada mês – sempre iguais - contaria quatro semanas. Seu *problema* era o fato de basear-se no número treze, que é desaconselhável por causa da sua inadequação aritmética, por isso utópico. Ver LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 530.

⁵³ FLORES, Anelis R.. **O Núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre: Requalificação e Convergência**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre: 2005, p. 25.

⁵⁴ Poderes edificadas que circundam a Praça: político executivo (Palácio Piratini), religioso (Igreja Matriz) e econômico (Fazenda).

Piratini, sede do Governo do Estado. Um primeiro trecho foi construído, hoje a Avenida Sepúlveda.



FIGURA 3 – AVENIDA SEPÚLVEDA, AO FUNDO O PORTO, COM AS TORRES DOS PRÉDIOS FORMANDO O PÓRTICO DA CIDADE.

Sob forte influência do Plano de Melhoramentos Moreira Maciel (1914) grandes obras serão realizadas na praça e no seu entorno. A construção de dois projetos, a Delegacia Fiscal (1912) e o Prédio dos Correios e Telégrafos (1914), ambos de Theo Wiederspahn⁵⁵, definem a porta de entrada do cais para a cidade (...).⁵⁶

Moldando um portal de entrada para a cidade, a praça foi organizada de maneira que as torres dos

prédios da antiga Delegacia Fiscal (hoje o Museu de Artes do Rio Grande do Sul) e sede dos Correios e Telégrafos (hoje o Memorial do Rio Grande do Sul) funcionem como pórtico do espaço público.

Na época, os Correios e Telégrafos eram uma repartição ligada ao Ministério do Interior, cujo ministro era José Barbosa Gonçalves, irmão do governador Carlos Barbosa, cuja nomeação esteve vinculada ao apoio concedido pelo PRR a Hermes da Fonseca. O diretor geral dos Correios era um outro gaúcho, o Cel. Ernesto Lírio da Siqueira, cuja nomeação também seguiu as determinações do referido pacto político.⁵⁷

O projeto não foi assinado pelo Setor de Obras Públicas, pois foi assumido por uma empresa privada; por um arquiteto, que tinha prestígio em uma comunidade alemã que prosperava; logo, “comungar de seus gostos e preferências podia contribuir para conquistá-la

⁵⁵ Theodor Alexander Josef Wiederspahn, arquiteto alemão, emigrou para o Brasil em 1908, responsável pelo projeto do Hotel Majestic (atual Casa de Cultura Mário Quintana), da Cervejaria Bopp (atual Shopping Total), e do Cine Guarani, entre vários outros.

⁵⁶ FLORES, Anelis Rolão. Op. cit, p. 73.

⁵⁷ DOBERSTEIN, Arnold W. Porto Alegre Positivista. 2007. In: MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadernos de História**. 2007, p. 2.

como aliada política”⁵⁸. Portanto, mesmo que o prédio não se destinasse a abrigar algum núcleo de poder constituído, servia para fins políticos.

Com sua arquitetura eclética neoclássica⁵⁹, esculturas clássicas de fachada, o prédio por quase um século sede dos Correios, ocupa ainda um quarteirão inteiro no centro da cidade. Tombado em 1980, foi restaurado para abrigar a instituição cultural pensada para ser a *vitrine* do Estado. Os arquitetos, responsáveis pela intervenção no prédio, em seu restauro, desenvolveram uma concepção museográfica⁶⁰ para o espaço, tendo em vista o percurso em formato de linha do tempo⁶¹ para sua exposição de caráter permanente.

A cidade é patrimônio. Em si, por sua multiplicidade e dinâmica, de sujeitos e cenários, e por sua complexidade de transformação cultural, já é um bem histórico-cultural. “A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária.”⁶².



FIGURA 4 – MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

O principal acervo do Memorial do Rio Grande do Sul como instituição museológica, já que não apresenta coleções de objetos, é primeiramente a sua arquitetura. Seu objeto é seu edifício, que se constitui enquanto patrimônio edificado, relacionando-se com seu entorno, centro histórico, servindo como elemento para sensibilizar recordações, logo, um *lugar de memória*.

⁵⁸ DOBERSTEIN, Arnold W. Porto Alegre Positivista. 2007. In: MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadernos de História**. 2007, p. 4.

⁵⁹ Ou como consta no Levantamento do Estado de Conservação, Segunda Etapa – Cobertura. vol. 1, *estilo historicista*, entendido como um “programa de recuperação de diversos estilos de passado”, p. 14.

⁶⁰ Segundo Flores (2005), e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. (2013), concebida juntamente ao museólogo Ralph Appelbaun, responsável por alguns trabalhos de marcada importância no campo da museologia, como o Museu do Holocausto e o Museu da Imigração Japonesa, ambos nos Estados Unidos da América.

⁶¹ Concepção desenvolvida por Ralph Appelbaun, segundo GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Sobre a criação do Memorial do RS**. Entrevista cedida a PINTO, Geórgia Stefânia Manfroi. Nov. 2013.

⁶² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 451.

3.2 A INSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA

Num contexto de primeiros sinais da existência de alguma preocupação com a dinâmica da memória, na década de 1980, iniciam os processos de tombamento aos prédios considerados patrimônio histórico e arquitetônico. Instituições museológicas, bibliotecas e arquivos eram vistas como ativadores deste movimento, no sentido da preservação, para combater o tão temido *esquecimento*.

Após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, é publicada a portaria nº 11/90, que altera a denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos. Surgiu, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o IPHAE, que chegou no mês de outubro de 2013 a um número de 145 bens tombados, incluindo-se os tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques) e os bens móveis da Biblioteca Pública.⁶³



FIGURA 5 – VISTA DESDE O CAIS DO PORTO PARA AVENIDA SEPÚLVEDA, DÉC. DE 1930

Na década de 1990, a cidade já contava com monumentos tombados pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas, para atender os pré-requisitos do programa Monumenta⁶⁴, carecia de um perímetro sob proteção

federal. Nesse sentido, o IPHAN, em 1999, tomba uma porção considerável do centro⁶⁵. A área do tombamento forma um

eixo longitudinal, em relação ao Guaíba, começando no Pórtico do Cais Mauá, cruza a Praça

⁶³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>. Acesso em: 01 de nov de 2013.

⁶⁴ *O Projeto Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura iniciado no ano 2000 e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, atuando em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Projeto é financiado com recursos federais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tendo como objetivo recuperar e preservar o patrimônio histórico de 26 municípios brasileiros, contando ainda com investimentos estaduais, municipais, da iniciativa privada e de outras fontes. Ver material de apoio ao estagiário/mediador referente ao projeto de ação educativa “Visita guiada: o Memorial e seu entorno” - AMRS.*

⁶⁵ IPHAN. Praça da Alfândega: Porto Alegre - RS. Brasília, DF: IPHAN/Programa *Monumenta*, 2007. p. 19.: il.; 15 cm – Preservação e Desenvolvimento; 4. In: Material de apoio ao estagiário/mediador referente ao projeto de ação educativa “Visita guiada: o Memorial e seu entorno” - AMRS.

da Alfândega e alcança a Praça da Matriz. O território ⁶⁶ onde se dão as intervenções do *Monumenta* compreende esse eixo longitudinal, parte do eixo transversal ao Guaíba, formado pela Rua da Praia, e quarteirões adjacentes.

Deste reconhecimento da história, e memória *territorializada*, pela esfera pública é que o governo estadual, estando no poder Executivo a figura de Antônio Britto, respaldado financeiramente pela Fundação Roberto Marinho, concebe a ideia de um *memorial* para o Estado. E “considerando a necessidade de revitalizar e resgatar a memória histórica e cultural do Rio Grande do Sul pela sua importância no desenvolvimento da identidade e da cidadania do povo gaúcho” ⁶⁷, institui por meio de decreto lei o Memorial do Rio Grande do Sul:

Art. 1º - Fica criado, na Secretaria da Cultura, o MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL, com a finalidade de desenvolver atividades inerentes à revitalização e resgate da memória histórica e cultural do Estado.

Art. 2º - O MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL tem os seguintes objetivos:

I - coletar, organizar, centralizar e divulgar materiais e informações relativas à história e à cultura gaúcha;

II - apoiar a realização de pesquisas voltadas à história e à cultura do Rio Grande do Sul;

III - definir meios para promover a reflexão sobre a identidade e as realidades da sociedade gaúcha;

IV - organizar e promover o desenvolvimento de atividades que auxiliem no conhecimento da história e da cultura do Rio Grande do Sul. ⁶⁸

Uma instituição cultural, vinculada à Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Memorial do Rio Grande do Sul iniciou seus trabalhos em 2000, quatro anos após o início das pesquisas, e não sem antes algumas interposições contrárias a sua criação ⁶⁹.

⁶⁶ Termo utilizado pelo IBRAM, que considera prédios e seu entorno, geohumano.

⁶⁷ RIO GRANDE DO SUL. Decreto Lei nº 39.986, de 18 de fevereiro de 2000. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=3759&hTexto=&Hid_IDNorma=3759 Acesso em: mai. 2013.

⁶⁸ RIO GRANDE DO SUL. Decreto Lei nº 39.986, de 18 de fevereiro de 2000. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=3759&hTexto=&Hid_IDNorma=3759 Acesso em: mai. 2013.

⁶⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Sobre a criação do Memorial do RS**. Entrevista cedida a PINTO, Geórgia Stefânia Manfroi. Nov. 2013.

4 UM LUGAR DE PODER

*(...) a perspectiva de um movimento de memória que se conecta estrategicamente ao presente sem querer esquecê-lo, mas olvidando necessariamente alguns aromas do passado, conduz (...) ao reconhecimento de que aquilo que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente permeada pelo jogo do poder.*⁷⁰

O poder é muito mais uma relação que se estabelece entre dominados e dominantes que uma simples autoridade personificada, legitimada a partir de estruturas abstratas, como o Estado. Todo espaço que funciona por meio de comunicação é um *lugar de poder*, no momento que informa e difunde discursos. E a linguagem nada mais é que “o caráter social da memória (...) Lembrar e narrar constituem da linguagem (...) instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas”⁷¹, estas específicas da individualidade do ser humano.

Essa difusão de sentidos é uma leitura de poder, já que não é uma criação dos sujeitos, seu meio lhe empresta ideias, palavras, conceitos. Logo, empresta linguagem, que é poder. Portanto, um *lugar de memória* é também um *lugar de poder*, e “Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos”⁷², determinando o que pode e deve ser dito, articulado e exposto. Ou o que não pode, silenciando.

4.1 ARQUIVO DO MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL (AMRS)

⁷⁰ CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n. 19, jun. de 2009, p. 56. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acesso em: jun. 2013. (*grifo meu*)

⁷¹ KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva**. Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/adm/Upload/291I6110920121916535P032.pdf> Acesso em: jun. 2013.

⁷² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 451.



FIGURA 6- ARMAZENAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO.

administrativos; alguns relatórios anuais de atividades (não abrange a totalidade dos anos de funcionamento); materiais de divulgação; e relatórios de estágio⁷⁵.

Cabe explicar que a escolha do material utilizado como fonte nesta pesquisa teve como critério a disponibilidade. O que foi localizado dentro do acervo não organizado e sem boas indicações de onde estariam os demais documentos. Foram selecionados os materiais indicados pelos funcionários, bem como se buscou também fontes já utilizadas nas pesquisas feitas anteriormente, por estagiários.

*O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.*⁷³

A documentação encontrada no Arquivo, nem organizada, nem catalogada, é composta de materiais arquivados desde sua idealização, em 1996, como o projeto de Centro de História Política Rio-Grandense⁷⁴; documentos relativos à apresentação da casa à sociedade quando de sua inauguração; documentos



FIGURA 7 – DESLOCAMENTO DO ACERVO

⁷³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 548 e 549.

⁷⁴ LOPES, Luiz Roberto. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. PENNA, Rejane da Silva. Projeto Centro de História Política Rio-grandense – Memorial Político do Rio Grande – Secretaria de Cultura Rio Grande do Sul – Gestão: “Estado de Todos”, Porto Alegre: Agosto de 1996. AMRS.

⁷⁵ Ver referências bibliográficas de fontes.

Sem supervisão de um profissional da área da Arquivologia, ou qualquer registro adequado da mobilidade destes documentos, o acervo passou por diversos deslocamentos, encontrando-se, hoje, alocado em prateleiras localizadas no Setor de Ação Educativa, “principalmente em função dos constantes alagamentos sofridos pelo andar térreo do prédio – problema antigo que não tem previsão de solução”⁷⁶.

Quanto a produções intelectuais ou acadêmicas sobre a instituição em questão, quase nada foi produzido desde a sua inauguração, o que só contribui para a dificuldade de renovações e reformulações do espaço. Desta maneira, a principal fonte documental específica foi o próprio AMRS, que se encontra com seu processo de organização estagnado.

Surpreendentemente, essa etapa do estudo acabou por revelar a deficiência latente da instituição no que diz respeito à preservação de sua própria memória através da organização e da guarda dos documentos por ela produzidos, fundamentalmente, dos documentos produzidos no sentido de registrar as atividades educativas desenvolvidas. Dessa forma, podemos dizer que, paradoxalmente, o Memorial do Rio Grande do Sul constitui-se hoje numa instituição que não manteve a memória de sua trajetória (...).⁷⁷

Se as memórias são construídas, estando ligadas a grupos, são eles, quando dominantes, que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada. Sabe-se que desde que o Estado organiza-se em instituições e estruturas normativas, estas mantêm registros dos trâmites burocráticos de suas ações, materiais – *massa documental* - que possam estar relacionados a comprovar e legitimar, ou seja, *monumentalizar*, o poder exercido por essas estruturas⁷⁸.

Constatado o desinteresse na memória institucional, e muito logo, desconfiguração de sua identidade, há de se ter em conta que não é possível uma análise quantitativa, em vista de que os relatórios encontrados não esgotam nem em datas, nem em atividades, os anos a que se referem da unidade. O foco está dado na proposta do trabalho de reconhecer as formulações de discursos ao longo da história da instituição.

⁷⁶ ROCHO, Lara. BERTIN, Soraia. Cadernos de História: organização e disponibilização à pesquisa pública - Relatório de Estágio Curricular. Relatórios de projetos de estagiários e materiais de apoio ao estagiário/mediador – AMRS.

⁷⁷ ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**, n. 11 vol. 4 - Set. 2012, p. 641. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761/20893> Acesso em: 28.mai.2013.

⁷⁸ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 547. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

4.2 O PROJETO

Analisando o projeto de Memorial Político do Rio Grande, Centro de História Política Rio-grandense (1996)⁷⁹, este se justifica por criar “um espaço físico que possibilite a informação, o encontro, a pesquisa e a educação na área da história política, aberto às atividades pluridisciplinares e que satisfaça à formação de uma consciência crítica.”⁸⁰ Seria, ainda, “uma especialização arquivística, museológica e bibliográfica, voltada fundamentalmente à manutenção atenta e apurada da memória política do Rio Grande.”

Cabe citar que há um item específico no projeto enunciando a “Dinamização do Memorial”⁸¹, que pretendia acrescer ao espaço um leque de atividades para possibilitar o exercício de seus objetivos primordiais. Contudo, ao que me parece, a dinâmica que influenciou mais diretamente a instituição foi a das administrações e políticas públicas.

Um projeto que se utiliza de *enunciados* de patrimônio e memória políticos - não cultural -, em sua primeira versão, de junho de 1996, abordava o próprio Memorial a partir de um referencial político oficial, sugerindo nomes de personagens que evocam uma história tradicional. Uma segunda versão contará com uma pesquisa histórica adequada, uma exposição operacionalizada em eixos temáticos ou módulos pré-estabelecidos, montagem essa que deveria “levar em consideração a obrigatoriedade de uma sistemática alteração de seus elementos”, formando exposições de subtemas e/ou recortes cronológicos menores.

A década de 1980, caracterizada no Brasil pela abertura política do regime civil-militar, retoma ares de democracia, ascendendo novamente ao cenário político seus agentes históricos: os movimentos sociais. Em 1990, foi momento de abertura econômica, entretanto – nem tão positiva quanto a anterior - às políticas neoliberais. Os movimentos sindicais e partidários foram protagonistas das demandas políticas, percebendo-se diferentes usos do passado na formação de identidade.

Se os partidos políticos forem pensados como canais representativos de demandas da sociedade em relação aos cenários de poder e canais decisórios da governância do Estado, a

⁷⁹ LOPES, Luiz Roberto. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. PENNA, Rejane da Silva. Projeto Centro de História Política Rio-grandense – Memorial Político do Rio Grande – Secretaria de Cultura Rio Grande do Sul – Gestão: “Estado de Todos”, Porto Alegre: Agosto de 1996. AMRS.

⁸⁰ AMRS. Projeto Centro de História Política Rio-grandense. [*Grifo meu*]

⁸¹ Ver item nº 9 do Projeto Centro de História Política Rio-grandense.

questão que se coloca é entender que poder é esse e que relação estabelece com a memória, como por exemplo, os interesses de grupos sociais “relevantes” que teriam os partidos. “Ou seja, para se entender o perfil do partido, o melhor caminho seria investigar a que grupos sociais está ligado como representante de interesses específicos junto ao poder estatal.”⁸²

Mesmo que, na conjuntura política atual, esteja cada vez mais difícil falarmos em termos de *esquerda* e *direita* históricas, o projeto foi concebido durante o mandato do governador Antônio Britto, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁸³, uma administração de direita, caracterizada por um viés neoliberal, que efetuou privatizações que beneficiavam uma elite dominante.

Dessa conjuntura, surge o patrocínio da iniciativa privada ao Memorial do Rio Grande do Sul, com o “interessante” apoio da Fundação Roberto Marinho. Tal vinculação justifica os projetos de materiais de divulgação encontrados no AMRS, que não chegaram a ser veiculados⁸⁴.

Ainda examinando o primeiro Projeto, o item nº 10 deste determina que a Comissão Executiva fosse “nomeada pelo Senhor Secretário da Cultura”⁸⁵. O intervencionismo do Estado está pressuposto para o Memorial desde sua concepção, de modo que não admiti-lo como parte da formação de um discurso seria deixar velado o poder exercido pelas instituições como ferramenta deste. Estas, ressalto,

(...) não inspiram mais confiança e os mais inteligentes compreendem que a industrialização capitalista [hoje ainda, na denominada *Era da Informação*] vai ao encontro dos próprios fins que ela entendeu empreender. (...) O Estado, o governo com suas funções e poderes, torna-se assim o centro de interesses do homem que reflete. [E não o são.]⁸⁶

⁸² FRANZOM, Carmen M. D. Partidos, Representação Política e Grupos Sociais. In: BAQUERO, Marcello (org). **Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1984, p. 41.

⁸³ Ainda que o PDMB seja oriundo do partido de oposição MDB, nos anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, caracteriza-se por uma posição *centro-direita*, muitas vezes criticado como oportunista por adotar uma postura instável politicamente.

⁸⁴ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Sobre a criação do Memorial do RS**. Entrevista cedida a PINTO, Geórgia Stefânia Manfroi. Nov. 2013.

⁸⁵ LOPES, Luiz Roberto. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. PENNA, Rejane da Silva. Projeto Centro de História Política Rio-grandense – Memorial Político do Rio Grande – Secretaria de Cultura Rio Grande do Sul – Gestão: “Estado de Todos”, Porto Alegre: Agosto de 1996. AMRS.

⁸⁶ GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo na Sociedade**. Rio de Janeiro: Achiamé – Biblioteca Libertária de Bolso (sem data), p. 9. (*grifo meu*)

4.3 LINHA DO TEMPO

A partir dos objetivos referenciados nos primeiros projetos, foi produzido um “Relatório circunstanciado das atividades realizadas pela equipe de pesquisa histórica do Memorial do Rio Grande do Sul”, do período de agosto de 1997 a abril de 1998. Esse trabalho foi realizado pela equipe coordenada pela pesquisadora Cláudia Wasserman; pelo pesquisador Cesar A. Barcellos Guazzeli; estagiária Valeska Gabinato e estagiário Raul Pons; e propunha a exposição permanente para o Memorial do RS, sugerindo sete (modificados para cinco) módulos com recortes cronológicos organizados em uma Linha do Tempo da história do Rio Grande do Sul, além de seis colunas com personagens destaque e sala auditório.

Consta como objetivo, no projeto de pesquisa ⁸⁷, uma mostra de “memória histórica”, de que o Rio Grande do Sul, bem como demais Estados da Republica



FIGURA 9 – LINHA DO TEMPO



FIGURA 8 – LINHA DO TEMPO, AO FUNDO AS COLUNAS COM PERSONAGENS HISTÓRICOS, A DIR. ERICO VERÍSSIMO E A ESQ. ELIS REGINA

Federativa do Brasil, buscou autonomia política, mas também participação nos processos decisórios de âmbito nacionais, e que sua relevância política não serve para abonar excessos regionalistas, se não contribuir para uma identidade bem marcada. Justificasse, portanto, ao contrapor discursos localistas recorrentes - do mítico popular - sobre o sentimento

⁸⁷ WASSERMAN, C. GUAZZELLI. César A. B. Relatório Circunstanciado das atividades realizadas pela equipe de Pesquisa Histórica do Memorial do RGS. Período Agosto de 1997 à abril de 1998. Coordenação Claudia Wasserman e Pesquisador César Augusto Barcellos Guazzeli. P. 3.

independentista do Estado, heroicizando política e militarmente a figura do sul-rio-grandense.

Para enquadrar-se na categoria de *lugar de memória*⁸⁸, é necessário que o local seja objeto de *ritual*, que a imaginação se permita interagir e (re) criar lembranças, (re) construindo o passado numa dimensão presente. Para tanto, o Memorial contava, para além de seu patrimônio edificado, com a sua exposição *Linha do Tempo*.

O principal recurso de apresentação da história do Rio Grande do Sul foi construído no formato de uma cronologia. Um problema, que nos é apontado por Le Goff (1990), é a necessidade experimentada, pelos *emissores* e *receptores* da produção de conhecimento, de retorno à *história oficial*. Contudo, desde que essa história se faça de maneira a ampliar leituras, como uma *nova história política*, como uma *antropologia histórica*, com novas problemáticas a serem abordadas, são instrumentos de poder e precisam ser debatidos e analisados a partir de um viés também histórico.

Apesar da aparente homogeneização do relato, a cronologia histórica, segundo Halbwachs, é uma sucessão de fatos construída numa duração de tempo artificialmente arquitetada, em que um acontecimento pode afetar *consciências coletivas*, aproximando-as em uma representação comum de tempo⁸⁹.

Permitia, pois, diversas abordagens e mediações o uso da didática cronológica nesta exposição, sendo justificável pelo sua proposta pedagógica. A data de um fato pode ser visto como um *quadro* para localizar as lembranças em relação às outras, um “quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está de qualquer maneira relacionada.”⁹⁰

Nesse sentido, a casa abriu as portas para comunidade com uma exposição interativa, com o orçamento necessário para o conjunto de equipamento com dez computadores distribuídos ao longo da Linha do Tempo, e cinco salas de vídeo, diversificando o acesso à informação e a educação por meio de atividades de mediação e ação educativa.⁹¹

⁸⁸ NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 13, 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2013.

⁸⁹ HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. P. 107 a 112.

⁹⁰ HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. P. 100.

⁹¹ ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**, n. 11 vol. 4 - Set. 2012 p. 639. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761/20893>> Acesso em: 28 de mai. de 2013.

4.3.1 UM MEMORIAL SEM MEMÓRIA

*O saber da história é tanto mais confuso quanto mais o seu poder aumenta.*⁹²

Em 01 de julho de 2013, a exposição foi retirada para reforma do prédio e instalação da 9ª Bienal do Mercosul, que ocorreu de 13 de setembro a 10 de novembro do mesmo ano.



FIGURA 11 – PROCESSO DE RETIRADA DA LINHA DO TEMPO E TODAS SUAS ESTRUTURAS



FIGURA 10- PROCESSO DE RETIRADA DA LINHA DO TEMPO: A ESQUERDA, ABAIXO DOS ENTULHOS, SE ENCONTRA O TESTEMUNHO DO PISO ORIGINAL DO COFRE DOS CORREIOS.

Ao longo de seu histórico, o Memorial já cedeu espaço para as exposições da Fundação Bienal do Mercosul, como pode ser constatado nos Relatórios de Atividades analisados.

Porém nunca antes havia deixado de lado sua função primeira, nem suas ações como Memorial do Rio Grande do Sul.

Consta na documentação, o empréstimo de salas para as exposições, mas não como nesta administração, em que foi retirada a Linha do Tempo para qual foi concebida a proposta museológica da casa. E o que é, talvez, mais preocupante: sem uma exposição própria para substituí-la, no término da Bienal. Ainda: todo o material estrutural que abrangia todo primeiro andar do local foi, inclusive, descartado, ficando apenas armazenados - e em péssimas condições - os painéis da cronologia, em uma sala depositária das antigas exposições da casa.

⁹² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 23. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

Cabe colocar que a temática deste trabalho surgiu da impossibilidade de realizar a primeira proposta que se havia formulado. Tratava-se de uma ação educativa com um recorte de gênero, história das mulheres, a partir da exposição em questão, que deixava a desejar na cronologia, estando o gênero dissimulado nas terminologias masculinas generalistas e na velada presença na política. Minha proposta consistia em sensibilizar quanto à existência de memória dessa presença feminina, utilizando-me de matérias encontráveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e ilustrá-la aos educandos.

Portanto, ainda que necessitasse diversos adendos temáticos, não é pedagógico retirar a cronologia sem indagar a ela o que faltava informar, visibilizar ou evocar (como memória).



FIGURA 12 – PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DA BIENAL, 1º ANDAR - SAGUÃO

Ao invés de estudar e planejar estratégias de inclusão de temáticas, como contemplar aos grupos não dominantes cultural ou economicamente ausentes na Linha do Tempo, pratica-se a negação da memória institucionalizada.

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos.⁹³

4.4 RELATÓRIOS *MONUMENTOS*⁹⁴

Numa primeira apreciação, ficam claras diferentes *formatações de discurso* da instituição, a partir da conjuntura política. De 2000, data de inauguração, a 2002, o Memorial do Rio Grande do Sul contou com uma considerável rotatividade das exposições, como a *Sala*

⁹³ CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n. 19, jun. de 2009, p. 36. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acesso em: jun. 2013.

⁹⁴ As atividades aqui arroladas têm por base os Relatórios de Atividades Anuais (2000-2007), visto que demais documentações, como referências às atividades fomentadas diretamente pela Associação de Amigos do Memorial do Rio Grande do Sul (AAMEMO), que poderiam agregar a análise não foram encontradas no AMRS.

Múltiplos Usos; ou ainda, na *Sala Memória e Lembranças*, que foi, por exemplo, emprestada a III Bienal do Mercosul, em 2001 ⁹⁵.

As oficinas, visitas mediadas, seminários e palestras registradas no período contemplam as temáticas de gênero, diversidade étnica, propiciando transversalizar alguns temas de caráter crítico-social. Abordagens, como por exemplo, de discursos de não sexistas tinham destaque, visto que, além de palestras sobre a presença da mulher nos processos políticos debatidos na casa, havia projetos como a “Hora do Gênero” ⁹⁶. As atividades apontam os sujeitos históricos invisibilizados na *vitrine estadista*, própria concepção da casa, *a priori*.

É possível notar a mudança de discurso do primário projeto, concebido ainda na administração estadual de Antônio Britto, para o momento primeiro de atividades da casa, dirigida por Luiz Roberto Lopes. Inferir o discurso de administração adotado, interpretando os relatórios, faz entender que as atividades permeiem as pautas da esquerda política, do Partido dos Trabalhadores (PT), que governava o Estado, na pessoa do governador Olívio Dutra (1998 – 2002).

Há, por exemplo, um projeto, datado de 26 de junho de 2001, que pretendia a adaptação/substituição das colunas personagens chamado “Rebeldes e Populares do RS” ⁹⁷. Ainda que um tanto vago, o projeto previa um diálogo com a pesquisa e produção acadêmica sobre personagens não visibilizados na história do Estado, principalmente personagens políticos insurretos ou de classes populares. O projeto fazia parte das ações futuras da instituição.

A partir de 2003, identifica-se uma descontinuidade das ações da casa, principalmente no que tange seu caráter educativo. A nova divisão administrativa em setores microespecializados serviu para

(...) o isolamento do setor educativo numa dinâmica de trabalho não integrada, contribuiu para a experiência da autogestão e, conseqüentemente, para a diversificação das ações educativas a partir da proposição de práticas com temáticas

⁹⁵ Essa informação é importante, pois corrobora argumento sobre a instalação da 9ª Bienal do Mercosul, em detrimento da exposição de longa duração da instituição.

⁹⁶ Mostra de filmes que contemplavam a temática de gênero organizada com apoio do grupo de Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, Themis.

⁹⁷ O responsável pelo projeto foi o então estagiário do Setor de Projetos, Arilson dos Santos Gomes. Posteriormente contratado pela Associação de Amigos do Memorial, ficou

de interesse pessoal dos envolvidos e de uma dinâmica de trabalho própria. Nesse período, pode se situar a realização de inúmeros eventos relevantes, direcionados aos mais variados públicos, bem como o estabelecimento de uma série de parcerias com movimentos sociais e outras organizações. Foram exatamente essas parcerias e o público delas advindo que, de alguma forma, mantiveram a *identidade educativa* do Memorial (...) ⁹⁸

Após assumir uma nova gestão administrativa e, conseqüentemente, um novo discurso de autoafirmação da entidade, a informação primeira frisada nos relatórios é o número de visitantes, que aparentemente viram metas quantitativas de trabalho dentro do espaço. Ressaltava-se no relatório de 2003 que passaram pelo Memorial do Rio Grande do Sul, no ano, 150.000 visitantes de maio a 30 de novembro. E 250.000 no ano seguinte.

Ocorre que essa mudança “coincide” com a alternância de corrente partidária no mandato de governo do Estado, quando em 2003 assume o cargo de governador Germano Rigotto, PMDB. Ou seja, há uma necessidade de que os dados apresentados apontem para uma melhoria, em detrimento da administração anterior. É nessa competição, por vezes excessivamente bipolar, que permeiam as disputas políticas da democracia representativa no qual se baseia o sistema político do Estado, que as instituições padecem da falta de continuidade.

As fontes corroboram o exposto acima, a partir dos relatórios de atividades, em que podemos analisar, por exemplo, as comemorações da semana Farroupilha. Enquanto na administração *esquerdista*, havia palestras sobre a temática, porém incluindo Lanceiros Negros como sujeitos do fato histórico, ou desconstruindo a ideia de *Revolução*, debatendo seu caráter elitista; nesta nova lógica de discurso, surgirão mais exposições afirmativas de um “herói gaúcho”, “caudilhos governantes” ⁹⁹, sem desconstruir delineamentos *ufanistas* ¹⁰⁰ intrínsecos dessas construções do imaginário presente nas memórias, contudo - e justamente por isso - formadoras da identidade, da comunidade rio-grandense.

Lancemos um olhar para estas exposições itinerantes que ganharam espaço em projetos como “Memorial vai às escolas”, “Memorial vai ao interior”, “Memorial vai à praia”.

⁹⁸ ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**, n. 11 vol. 4 - Set. 2012, p. 648. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761/20893> Acesso em: 28.mai.2013.

⁹⁹ Título de uma das exposições itinerantes.

¹⁰⁰ FLECK, Eliane C. D. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: BOEIRA, Nelson. GOLIN, Tau. (coords.) **História Geral do Rio Grande do Sul** - Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 307

A instituição era palco das associações políticas do governo com empresas privadas ¹⁰¹, o discurso que carrega para fora das portas da casa é eurocêntrico, tratando das imigrações basicamente italianas e alemãs. Aproveito para expor que dentro da proposta de exposição permanente havia cinco salas de vídeo: uma específica sobre as imigrações germânicas e outras sobre as italianas - e ainda, imigrações Hispânicas, Lusitanas e Judaicas.

Não vejo a necessidade de reforçar este discurso de identidade a partir do processo de colonização. Essa memória perpetuada a partir da identificação com a *civilidade* europeia, seria justificável, talvez, se tivesse em conta o trabalho já referido de Kathryn Woodward, buscando entender que as migrações estão relacionadas com *identidades plurais*, e *contestáveis*. ¹⁰² Contudo, na prática, o que se apresentam são os discursos de dominação eurocêntricas de praxe da história tradicional.

Um discurso está inserido em um campo de saber, e a partir da *exposição* deste, exerce poder sobre o que deve ou não ser lembrado. Nesse contexto, as formações discursivas aqui analisadas são ferramentas de mecanismos de poder, logo dominação, cultural, pois quem trabalha na gênese dessas têm domínio da linguagem – neste caso, poder da memória.

“A noção de descontinuidade” da arqueologia *foucaultiana*, segundo Le Goff, é imprescindível para falar da arbitrariedade que as alternâncias de administração geram. Não é apenas uma ruptura de discurso, mas as ações, ou ausência destas, são o não compromisso com a sociedade, com a memória histórica da comunidade a qual está vinculada a instituição.

¹⁰¹ São encontrados nos relatórios, a partir de 2003, relatos de atividades no auditório como “RBS: ações de incentivo a cultura” e “15 anos do Fórum da Liberdade”. É sabido que não há contrapartida para a instituição que não o favorecimento político. Eventos não são propostas planejadas de trabalho, são fruto de vontades particulares, em detrimento da continuidade identitária do espaço.

¹⁰² WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. p. 21. apud DIAS, A. F. Dos Estudos Culturais ao Novo Conceito de Identidade. In: **ITABAIANA: GEPIADDE**, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011.

5 EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

*A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.*¹⁰³

Em novembro de 2012, ingressei como estagiária no Setor de Ação Educativa do Memorial do Rio Grande do Sul, um estágio não curricular. Ao longo de um ano, que reflete no presente trabalho, pude problematizar algumas questões acerca da pouca organicidade da casa, relacionando às minhas experiências anteriores em entidades culturais.

Sua concepção museal se desenvolve na *práxis* cotidiana, sem maior debate ou planejamento teórico-metodológico, o que dificulta a construção de uma proposta de trabalho encadeada. O não planejamento limita a abertura de diálogo e possibilidades, e, mais ainda, de interação com sua respectiva comunidade. Tal situação conduziu-me a alguns questionamentos quanto à instituição, seja como espaço educativo, cultural, intelectual, ou como unidade museológica, enquanto ferramenta legitimadora de discursos de memória histórica do Rio Grande do Sul.



FIGURA 13 – PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA COM O TÍTERE “MEMORÉLIO”.

Sobre as mediações de visitas, talvez seja interessante ilustrar o papel que desempenham os estagiários do Setor Educativo, em sua maioria graduandos do campo da História. O projeto “Rebeldes e Populares do RS”, já mencionado anteriormente, que propunha atualização das colunas de personagens, foi concebido por um estagiário, que depois veio a trabalhar efetivamente na instituição, Arilson dos Santos Gomes¹⁰⁴.

De acordo com o artigo, um dos poucos

¹⁰³ CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n. 19, jun. de 2009, p. 477. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acesso em: jun. 2013.

¹⁰⁴ Arilson e seu colega Leandro foram contratados pela Associação de Amigos do Memorial, ficando encarregados do setor educativo e de suas atividades. Ver ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. 2012, p. 648.

publicados sobre a história da casa, das também estagiárias Lara, Raquel e Soraia,

(...) por volta do ano de 2003, época em que ocorre uma nova troca de gestão e, em sequência, a substituição da equipe técnica. A partir desse momento, a instituição passa a não renovar seus projetos, recebendo exposições e atividades prontas, não participando de sua elaboração ou produção. Identifica-se assim, uma ruptura com a concepção educativa original enquanto prática pedagógica construída de maneira global (...)¹⁰⁵.

De minha experiência, bem como da convivência com os colegas de trabalho, friso a ausência de preparação ou formação para atuação dos estagiários como mediadores. Parte-se da necessária formação e acúmulo pessoal anterior do estudante, enquanto a instituição mantenedora deveria propiciar, se não bases para o mediador, pelo menos a apropriação prática, o que fica dificultado sem um plano museológico adequado ou um planejamento de larga data. Concordam comigo as colegas, que

(...) contribuiu negativamente, a nosso ver, para o estado atual em que se encontram não apenas as atividades do setor de ação educativa, mas também a validade das atividades de estágio - curricular e não curricular - bem como, e principalmente, para o estado de verdadeira amnésia com relação às práticas desenvolvidas na casa ao longo de sua curta trajetória.¹⁰⁶

Vivenciei situações diversas, desde o desinteresse pelo lugar por parte de colegas que deixaram de trabalhar na instituição, como a dispensa do quadro de estagiárias que já estavam em processo de formação a serviço do espaço, parte do descaso da atual administração. Ou seja, verificou-se a diminuição do quadro de recursos humanos, o que dificultou o atendimento a demanda de visita das escolas, que eram de frequência considerável. Mais ainda se tivermos em conta a total paralisação das atividades pedagógicas do Setor de Ação Educativa, dentro do espaço do Memorial, no decorrer deste ano, justificado pela cedência do espaço para exposição externa da Bienal.

Das atividades outrora ofertadas, listo as visitas mediadas a partir de eixos temáticos; os cursos de formação continuada para professores da rede de ensino¹⁰⁷, como o Seminário

¹⁰⁵ ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**. n. 11 vol. 4 - Set. 2012 p. 650. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761/20893>> Acesso em: 28 de mai. de 2013

¹⁰⁶ Id. *Ibidem*.

¹⁰⁷ ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**. n. 11 vol. 4 - Set. 2012 p. 641.

Africanidades ¹⁰⁸, projeto já anual ¹⁰⁹; os ciclos de cinema promovidos, basicamente, pelos estagiários; e uma nova proposta de vivência com o patrimônio histórico, político e cultural da casa: o Memorial Cultural ¹¹⁰. Este evento teve nova edição vetada, mingando visivelmente as possibilidades de realizações dentro da própria casa.

Era, ainda, planejamento do setor educativo construir no Memorial do RS uma referência para o movimento negro porto-alegrense, que luta para manutenção da ancestralidade, oralidade e permanências de uma cultura de memória coletiva, em uma cidade historicamente negra, mas, como tantos outros centros urbanos, historicamente excludentes. A Lei nº 10.639, datada de 09 de janeiro de 2009 ¹¹¹, altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional para incluir o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. A obrigatoriedade dessa temática é, de certa maneira, uma afirmação de que esta história não tinha espaço nas agendas escolares.

5.1 POSSIBILIDADES

Atualmente, se discute no campo da história, da memória e da própria museologia, o papel das entidades museais. Um novo conceito, como o de museu comunitário ou *ecomuseu*, por exemplo, baseia-se na musealização dos territórios, dando ênfase às relações culturais e sociais, e valoriza processos culturais e não os objetos enquanto produtos da cultura, dentro de uma concepção de *tempo social*. Dessa maneira, fica evidente que as instituições museológicas comportam hoje uma pluralidade de ações muito mais ampla e abrangente que servir de espaço para eventos ou para exposições externas.

Um Plano Museológico, por exemplo, como é exigido pela regulamentação atual dos espaços de memória, oferece uma metodologia para guiar a atuação, bem como descrever com

¹⁰⁸ Projeto promovido em associação com o Coletivo Fanon, o qual se propõe a divulgar os pensadores africanos e da diápora negra.

¹⁰⁹ Ficou impossibilitado de ocorrer neste ano de 2013, tendo em vista o fechamento da casa, logo após o encerramento do período de Bienal.

¹¹⁰ Atividade cultural, realizada em 29 de junho de 2013, com a realização de intervenções artísticas, debates de temática atuais, sem haver registro de atividade semelhante já ter sido realizada na instituição.

¹¹¹ BRASIL, Lei nº 10.639, datada de 09 de janeiro de 2009 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 10 de jan. de 2013.

clareza a definição e compreensão da identidade da instituição. Um método de trabalho emprestado da área administrativa,

é um instrumento de gestão e planejamento institucional. É compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museológica e para definição, ordenamento e priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.¹¹²

Serviria como é um guia, um documento *monumento*, e, portanto, vivo e mutável. Porém, não ao sabor dos ventos políticos, mas de acordo com as ações da própria instituição.

Propor atividades de diálogo e cenário para a memória coletiva, poderia ser um dos objetivos da casa, desde que se fomentasse atividades com a finalidade de conscientização. Como, por exemplo, trabalhar com mestres griôs, que são referência em termos de oralidade.

Esses especialistas em memória das sociedades sem escrita, todavia, não decoram palavra por palavra. Pelo contrário, nessas sociedades a memória tem liberdade e possibilidades criativas, e é sempre reconstruída. (...) exemplos de como a tradição oral e a memória podem ser enriquecedoras para a História: (...) um museu vivo.¹¹³

5.2 UM FUTURO SEM MEMÓRIAS?

O ano que se aproxima será de megaevento: a Copa do Mundo FIFA. Sediada no Brasil, logo, as instituições culturais serão cobradas pela grande demanda turística ingressante no país. Abre-se precedente para inúmeras arbitrariedades para compor o padrão FIFA inclusive na oferta de serviços (termo de cunho comercial) do meio cultural.

Dessa maneira, a produção histórica e a memória ingressam no movimento, junto à lógica de consumo, “pela necessidade que as sociedades têm de alimentarem a sua procura de identidade, de se alimentarem num imaginário real”¹¹⁴. A convivência com o diferente, consoante Kathryn Woodward, faz as identidades aflorarem. O processo de globalização,

¹¹² IBRAM. Plano Museológico: Implatação, Gestão e Organização de Museus. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135983412/Apostila-IBRAM> Acesso em: dez. de 2013.

¹¹³ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbete MEMÓRIA, p. 277. In: **Dicionário De Conceitos Históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

¹¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 147. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

materializado num megaevento como a Copa Mundial FIFA, aproxima culturas e costumes e, logo, identidades diferentes.

Num momento em que o processo de propagação da informação na era virtual da *internet*, o *site* da instituição é também retrato do silenciamento do espaço como Memorial. Além de não atualizada a página, as informações ali encontradas não conferem com a realidade do local ¹¹⁵.

No Relatório de Planejamento para 2014, frisa-se o “interesse crescente da imprensa regional, nacional e até mesmo internacional” na casa, seguindo tacitamente os modelos de relatórios encontrados nos arquivos, de autoafirmação das ações da mais recente administração. O mesmo relatório prevê a necessidade de construção de um plano educativo para as mediações, com a pretensão de estimular a comunidade, cativá-la, a partir de projetos próprios do Memorial do RS.

A partir do momento que se prevê a construção, se admite a inexistência do projeto educativo ou de uma proposta qualquer minimamente pensada, pedagogicamente. E sem uma exposição própria, caberá (novamente) aos trabalhos de mediação e ações educativas construir na prática a proposta de um *memorial*.



FIGURA 14 –SALA DO TESOURO, COM MOBILIÁRIO SEM EXPOSIÇÃO

O futuro, portanto, dos espaços da instituição é uma incerta, considerando que a exposição de longa duração foi retirada e não há projeto para instalação de nova proposta de exposição própria do Memorial do Rio Grande do Sul. Com a instalação do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, no mesmo prédio, que já divide espaço físico com o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), o Centro Cultural

¹¹⁵ O que de fato é relevante no *site* é a disponibilização para *download* de grande parte do acervo de Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul: “Um dos projetos educativos que a instituição executou e que ainda hoje é reconhecido pelo público que recorre à casa, foi justamente o Projeto Cadernos de História. Desenvolvido no período situado entre 2005 e 2009, o mesmo constituiu-se na elaboração, publicação e distribuição de textos ilustrados, no formato de cadernos, com número reduzido de páginas e linguagem acessível ao público geral, cujos temas estavam relacionados à história e à cultura do Rio Grande do Sul, embora não se restringindo apenas a esse campo.” Ver ROCHO, Lara. BERTIN, Soraia. Cadernos de História: organização e disponibilização à pesquisa pública - Relatório de Estágio Curricular. Relatórios de projetos de estagiários e materiais de apoio ao estagiário/mediador – AMRS.

dos Correios, e a equipe do Fórum Social Mundial, onde está instalada a Rádio Fórum, a casa vive um momento sem objetivos próprios, servindo como *guarda-chuva* de projetos das administrações.

Realização Conjunta:



FIGURA 15 – RECORTE DE *FOLDER* DE RECENTE EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) então a memória humana tornava-se a única forma de conseguir informações sobre o passado. Para eles, [porém] a cultura ocidental estava tão condicionada ao esmagamento da escrita, que poucos poderiam compreender do que uma memória treinada era capaz.¹¹⁶

As instituições são intrinsecamente espaços de dominação, e a vinculação direta com o Estado, longe de eximí-la de intencionalidades, torna necessário desvelar o poder que exercem para compreender sua *monumentalidade*. Talvez tenha sido um pouco pretenciosa a proposta de aqui analisar esse jogo de poder que formula as memórias institucionalizadas. Porém, minha observação inicial, referenciada na experiência trabalhando junto à equipe da Ação Educativa, remete a constantes indagações quanto ao papel social exercido pela instituição, ao poder seletivo da memória e aos discursos empoderados pelo governo e, conseqüentemente, pela administração da casa. Assim, na tentativa de articular alguns desses questionamentos com a análise da documentação *monumentalizada* da instituição, cabe retomar algumas ideias aqui.

Como *lugar de memória*, ferramenta pedagógica e objeto de formações discursivas, bem como formador de discursos, o Memorial do Rio Grande do Sul sofre de amnésia institucional, enquanto sua própria história não é conscientemente preservada e alimentada. A rotatividade “político-ideológica” dessas formações discursivas que atravessam sua história poderia oxigenar o processo de divulgação e construção da memória institucionalizada. Porém, como vimos, servem para atrofiar as ações de longo prazo da instituição, pois servem como vitrine, não de memórias, lembranças e identidades, mas de governos e diretrizes internas partidárias.

No Projeto do Memorial, se pretendia “um serviço público onde a comunidade se encontre e se expresse”. Porém, é interessante entender que o Estado exercendo um papel de mediador, intervindo diretamente na prática dessa instituição, somente servirá esta de

¹¹⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbete MEMÓRIA, p. 275. In: **Dicionário De Conceitos Históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. Excerto sobre o trabalho de Haley em sua obra *Negras Raízes*, sobre os griots em Gâmbia.

ferramenta para discursos de estado de uma memória forjada aos moldes do egocentrismo político, vigente na democracia representativa que vivenciamos no país.

O indivíduo é a verdadeira realidade da vida, um universo em si próprio. Ele não existe em função do Estado, ou desta abstração que se chama *sociedade* ou *nação*, e que não é outra coisa senão um amontoado de indivíduos.¹¹⁷

E se a memória se pretende, como já debatido, coletiva, e, também por isso, individual, é indispensável que se tenha planejado um diálogo com a comunidade, para que se consiga comunicar e divulgar esses processos dialógicos, em detrimento de caricaturas de identidades construídas superficialmente.

Esse é o poder que a memória exerce, o poder demiúrgico, mas – ainda além – um poder de autocriar-se, retroalimentar dentro do tempo. Dessa maneira, as ações dessa instituição deveriam buscar proporcionar à comunidade as ferramentas necessárias para sua apropriação, logo, um empoderamento, deste conceito, aplicando-o à história local.

Está claro que as instituições museológicas pretendem hoje uma diversidade de ações muito mais abrangente quanto à capacidade de relacionar patrimônio histórico, cultural, memória e (re) construção da História. Porém, há um engessamento deste processo que se deve ao *lugar de poder* exercido pela instituição, bem como o jogo de poderes lançados sobre a entidade.

Logo, a pretendida dinamização do espaço deu lugar ao *sucateamento* da estrutura pública, que é prática muitas vezes encontrada quando o assunto são instituições culturais de patrimônio histórico-cultural. A extrapolação da bipolaridade, talvez introjetada neste caso desde sua concepção, estabelecida entre o público e privado reflete uma realidade brasileira em que as empresas privadas ganham subsídios – não poucos – e são *chamadas* a auxiliar na manutenção do patrimônio coletivo e social.

A lógica de desvalorização do passado, do antigo, segue sendo pressionada pela sistemática da produção. É possível, contudo, verificar que existem caminhos que viabilizam a inversão dessa lógica. Ações educativas diretamente relacionadas com bens culturais de patrimônios intangíveis tendem a aproximar o educando de uma identificação com essa memória coletiva, emporá-lo de sua história.

¹¹⁷ GOLDMAN, Emma. **O indivíduo na Sociedade**. Rio de Janeiro: Achiamé – Biblioteca Libertária de Bolso (sd). P. 12.

Tendo em vista o caráter pedagógico inerente ao Memorial, as seguidas rupturas de políticas internas de memória não promovem a conscientização ou a preservação, mas a indiferença à memória institucionalizada. Enquanto o espaço for usado como salão de eventos governamentais, em detrimento de propostas educativas sólidas, as possibilidades de transgredir essa lógica não se darão.

A falta de planejamento, a longo prazo, ou propriamente de um plano museológico adequado, provoca carência de organicidade nas suas ações, diretamente relacionada as oscilações de posturas administrativas. De mesma forma que uma instituição museológica sem identidade, sem exposição própria, deixa de cumprir seu papel social.

A capacidade de pensar, e mesmo a criticidade, de uma comunidade fica necessariamente associada à memória. Um pensamento não se utiliza de outra coisa que não memórias, linguagem, discursos apropriados do meio. A homogeneização do imaginário coletivo, se representando uma cultura dominante, aliena e distancia os agentes (per) formadores dessa identidade, que são a comunidade base da memória coletiva. Por isso, a possibilidade de trabalhar com inúmeras formas, não uniformiza, mas constrói assim uma identidade de maneira diversificada e plural.

O Memorial do Rio Grande do Sul é um caso de instituição cultural que ainda busca maneira de fazer-se, no seu cotidiano, de suas equipes de funcionários, bem como na interação direta com o público que frequenta. Enquanto não houver vontade política de educar, empoderar culturalmente, o que de fato não vejo possível neste na maneira como está estruturado o sistema político em que vivemos, a memória servirá apenas para reprodução de discursos, relegando ao mundo das utopias a possibilidade de gerar pensamento criativo, crítico e original.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES CONSULTADAS ¹¹⁸

BRASIL. Constituição, 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: mai. 2013.

BRASIL, Lei nº 10.639, datada de 09 de janeiro de 2009 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 10 de jan. de 2013.

Documento de apresentação do Memorial do Rio Grande do Sul, de junho de 2001 - Arquivo do Memorial do Rio Grande do Sul (AMRS).

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Sobre a criação do Memorial do RS**. Entrevista cedida a PINTO, Geórgia Stefânia Manfroi. Nov. 2013.

Levantamento do Estado de Conservação. Diagnóstico - AMRS.

Listagem de conteúdos da exposição **Linha do Tempo** - AMRS.

LOPES, Luiz Roberto. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. PENNA, Rejane da Silva. Projeto Centro de História Política Rio-grandense – Memorial Político do Rio Grande – Secretaria de Cultura Rio Grande do Sul – Gestão: “Estado de Todos”, Porto Alegre: Agosto de 1996. - AMRS.

Relatórios anuais de atividades produzidos pela casa (2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007) – AMRS.

Relatórios de projetos de estagiários e materiais de apoio ao estagiário/mediador – AMRS.

Regimento Interno (sem data) – AMRS.

¹¹⁸ A maioria dos documentos utilizados encontra-se não datado. Quando constante, está aqui devidamente referida.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Lei nº 39.986, de 18 de fevereiro de 2000. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=3759&hTexto=&Hid_IDNorma=3759 Acesso em: mai. 2013.

WASSERMAN, Claudia (coord). GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Relatório Circunstanciado das atividades realizadas pela equipe de Pesquisa Histórica do Memorial do RGS. Período Agosto de 1997 à abril de 1998 - AMRS.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gesto e resgate de uma história.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Andréia A. **O Lugar da Memória Institucional nas Organizações Complexas.** Trabalho apresentado no GT Processos, Políticas e Estratégias de Comunicação Organizacional do IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2010. Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf Acesso em: jan. de 2013.

BARCELLOS, Jorge. **Memorial como instituição no Sistema de Museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo.** Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf Acesso em: 01 de jul de 2013.

BOAL, Augusto. **Arco-íris do desejo: Método Boal de teatro e terapia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOEIRA, Nelson. GOLIN, Tau. (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul - Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006.

CABRAL, Magaly. **Ação educativa em museus.** Disponível em: <http://www.rem.org.br/download/REM%20-%20Magaly.ppt> Acesso em: 28.mai.2013. (Comunicação Oral).

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica**

de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60858485/CHAGAS-Mario-Ha-uma-gota-de-Sangue-em-cada-museu-Cadernos-13-1998> Acesso em: jun. 2013.

_____. **Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2003.

_____. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n. 19, jun. de 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acesso em: jun. 2013.

CHAGAS, Mário de Souza. NASCIMENTO JUNIOR, José do (org). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/subsidio.pdf> Acesso em: nov. 2013.

DIAS, Alfrâncio Ferreira. Dos Estudos Culturais ao Novo Conceito de Identidade. In: **ITABAIANA: GEPIADDE**, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011. P. 151-166. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9/FORUM_V9_13.pdf Acesso em: nov. 2013.

DOBERSTEIN, Arnold W. Porto Alegre Positivista. 2007. In: **MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Cadernos de História**. 2007.

FLORES, Anelis Rolão. **O Núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre: Requalificação e Convergência**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre: 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Sérgio da C. **Gente e Espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRANZOM, Carmen M. D. Partidos, Representação Política e Grupos Sociais. In: BAQUERO, Marcello (org). **Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1984

GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo na Sociedade**. Rio de Janeiro: Achiamé – Biblioteca Libertária de Bolso (sem data).

GUAZZELLI, Cesar A. B. A Legitimidade e a Utilidade da História: Canções, Moinhos, e Outras Coisas. In: GUAZZELLI, Cesar A. B. & al. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Trad. Laurent Léon Schaffter.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Ministério da Cultura. Departamento de Museus e Centros Culturais. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/> Acesso em: 05 de jun. de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). IBRAM. Apostila. Plano Museológico: Implatação, Gestão e Organização de Museus. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135983412/Apostila-IBRAM> Acesso em: dez. de 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>. Acesso em: 01 de nov de 2013.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura. Departamento de Museus e Centros Culturais. Out. 2005. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/#sthash.Dtavxpxl.dpuf> Acesso em: 05 de jun. de 2013.

KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva**. Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/adm/Upload/29116110920121916535P032.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8757274/Historia-e-Memoria-Jacques-Le-Goff> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

MENSCH, Peter Van. Notas sobre os arredores: patrimônio e novas tecnologias. In: **MUSAS**. Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009. P.11-23. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/musas-n4-2009/> Acesso em: 02 de jun. de 2013.

MICHEL, Louise. **A Incendiária**. Porto Alegre: Editora Deriva, (sem data).

MORETTO, Cybele Carolina. TERZIS, Antonios. O sofrimento nas instituições e possibilidades de intervenção grupal. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. [online]. 2010, vol. 62, n.3, p. 42-47. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v62n3/V62n3a06.pdf> Acesso em: 13 de nov. de 2013.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hélgio. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Os pobres da cidade: vida e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 2ª ed.

POSSAMAI, Zita Rosane. (Org.). **Leituras da Cidade: Porto Alegre e seu patrimônio**. Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2010.

ROCHO, Lara. ENDRES, Raquel. BERTIN, Soraia. Memorial do Rio Grande do Sul: recuperando práticas educativas. In: **Revista Aedos**. n. 11 vol. 4 - Set. 2012 p. 638. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31761/20893> Acesso em: 28.mai.2013.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: **História da América Latina: Cinco Séculos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1996.